



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15580 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

O QUE NOS DIZEM OS NOMES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SALVADOR?

Tereza Maria Gomes Figueredo - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Ellen Francine Santos dos Santos - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Edna Telma Fonseca E Silva Vilar - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFBA/PIBIC-AF

O QUE NOS DIZEM OS NOMES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SALVADOR?

Autora ^[1]

Coautora ^[2]

Coautora ^[3]

1 INTRODUÇÃO

Os nomes dos locais estão para além da função de identificação no espaço. Gomes Neta (2016, p. 11) afirma que “[...] os nomes próprios de lugares estão repletos de significações históricas, político-sociais e culturais da sociedade a qual fazem parte [...]”. Em razão disso, analisa-se neste trabalho, os nomes das escolas públicas municipais de Salvador com o objetivo de compreender quais motivações encaminharam a escolha dos nomes dados às escolas municipais de Salvador e em decorrência, quais concepções/memórias são evidenciadas por esses nomes.

Dessa maneira, este texto apresenta os resultados da primeira etapa da investigação em curso, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ações Afirmativas (PIBIC-AF), com apoio de bolsa UFBA,

por meio do plano de trabalho intitulado “Mapeamento dos nomes das escolas públicas municipais de Salvador”.

Considerando que na prática de nomeação desses espaços públicos é comum a escolha de sujeitos para serem homenageados como patronos e patronesses, analisa-se o objeto de estudo (nomes de escolas), tomando por base a perspectiva interseccional. Dessa forma, foram identificados os nomes desses sujeitos e, posteriormente, categorizados sob a perspectiva do conceito de interseccionalidade apresentado por Bilge e Collins (2020, p. 16):

A interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Nesse processo, compreende-se a necessidade de analisar aspectos da história de vida e a atuação dos patronos e das patronesses de maneira que as categorias classe, sexo, raça e etnia não sejam lidas como mutuamente excludentes, mas sim entendendo que elas funcionam de forma agrupada, afetando tanto as representações sociais, quanto as representatividades públicas, assim como toda a convivência social.

A partir disso, foi delimitado o foco da pesquisa que consistiu em mapear e sistematizar os nomes das mulheres que nomeiam escolas públicas de Salvador, sob o recorte da categoria “professoras”, considerando-se suas atuações e tomando por base o referencial da interseccionalidade. Tal delimitação, associada à história e a memória de suas trajetórias bem podem influenciar as escolas municipais que são por elas nominadas na construção de seus Projetos Político-Pedagógicos. Afinal, na interconexão passado-presente “[...] podemos perceber como somos também feitos por heranças e que podemos escolher: recebê-las ou recusá-las” (Linhares, 1986, p. 136).

2 DESENVOLVIMENTO

A investigação proposta é do tipo bibliográfica e documental, possuindo natureza exploratória e sendo desenvolvida através de abordagem quantitativa e qualitativa. No que se refere às etapas do processo metodológico, primeiramente foi acessado o site da Secretaria Municipal de Educação (SMED), a fim de identificar qual a quantidade de escolas municipais de Salvador e coletar suas respectivas informações. Após isso, os dados foram organizados em planilhas para realizar análises posteriores.

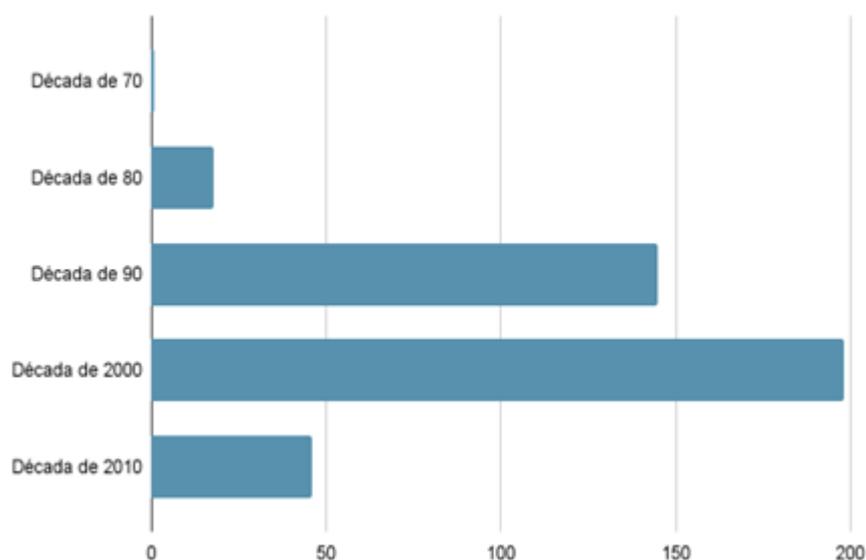
Nesse processo, iniciou-se a seleção de materiais relacionados à temática

da pesquisa. A fim de realizar uma coleta útil foi considerado os cinco tipos de leitura apresentados por Gil (2002). Assim, inicialmente foi realizada uma leitura exploratória de artigos, livros e materiais em sites com o intuito de identificar se estes relacionam-se à temática da pesquisa. Em seguida, foi feita a leitura seletiva dos materiais para determinar quais realmente interessam à investigação. A partir daí, procedeu-se uma leitura analítica dos documentos selecionados, e por fim, foi desenvolvida uma leitura interpretativa desses materiais, pontuando dados e informações que possibilitaram o prosseguimento da pesquisa.

2.1 Apresentação das escolas

Ao pesquisar acerca do processo denominativo das escolas é importante a compreensão de que diversos fatores podem influenciar tal escolha, e um desses fatores é o contexto histórico. Bastiani (2016, p. 198) afirma que as nomações não são isoladas do contexto, e ainda é categórica ao declarar que “[...] de certa maneira, o topônimo é como um espelho de um contexto espaço-temporal específico [...]”. Por conta disso, na investigação em curso foi realizada uma categorização das escolas municipais em relação ao período de sua fundação, a partir da coleta das informações disponíveis no *site* da SMED. Faz-se necessário pontuar que algumas escolas listadas no referido *site* não possuem informações completas, portanto, a data de fundação de algumas escolas não está informada. Os dados relativos a essa periodização estão sistematizados no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Categorização das escolas por períodos



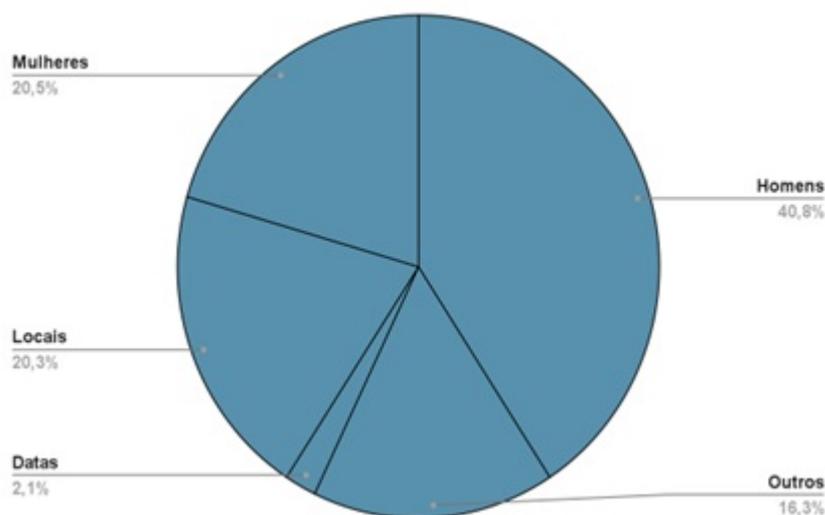
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por meio da leitura do gráfico, é possível identificar que as escolas municipais vêm

sendo fundadas desde a década de 1970. Vale mencionar que existem escolas que são construídas por iniciativa privada e apenas depois são estabelecidas como escolas municipais — por exemplo, a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos que foi construída dentro de um terreiro de candomblé e começou a funcionar em 1978, porém as informações do site da Secretaria Municipal de Educação apresentam que seu ano de fundação foi 1992.

Além disso, existem escolas que outrora eram responsabilidade do governo do Estado e por razão do processo de municipalização passam a ser de responsabilidade dos municípios. Por exemplo, a Escola Municipal Almerinda Costa que também surgiu por iniciativa privada em 1949, em seguida fez parte da rede estadual e na primeira fase da municipalização na Bahia foi incorporada a rede municipal de ensino de Salvador em 2001. Nesse sentido, analisar os nomes dessas escolas impõe observar aspectos voltados à história e memória da instituição, bem como conhecer as trajetórias de quem as nomeia, no contexto do estudo que se apresenta, com destaque aos nomes de professoras. Afinal, qual a importância dessas mulheres-professoras para além de dar nome a uma escola, tendo resistido a processos de mudanças de redes, níveis de ensino e questões de ordem política e ideológica, termo utilizado no âmbito de movimentos recentes que propuseram substituir nomes de escolas. Prosseguindo a análise dos dados recolhidos, foi feita uma categorização das escolas de acordo com suas nomações. Para isso, a partir da identificação desses nomes, delimitou-se cinco categorias: **Mulheres** - toda escola que foi nomeada a partir de uma figura feminina; **Homens** - toda escola que foi nomeada a partir de uma figura masculina; **Locais** - toda escola que foi nomeada fazendo referência a nomes de bairros ou cidades; **Datas** - toda escola que foi nomeada por datas comemorativas; e **Outros** - toda escola que não foi agrupada nas categorias supracitadas e que, geralmente apresenta o nome de alguma figura relacionada ao Catolicismo ou uma expressão concernente à educação, crianças e temas semelhantes.

Gráfico 2 – Categorização das escolas por tipos de homenagens



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se no gráfico que as escolas nomeadas por homens possuem o maior número dentre as categorias, correspondendo a quase metade do total (40,8%). A segunda categoria em quantidade é a das Mulheres, correspondendo apenas a 20,5% das escolas, ou seja, um pouco mais da metade da categoria citada anteriormente. É necessário o questionamento do porquê a parcela de homens ser tão mais expressiva do que a das mulheres. Barboza *et al.* (2022, p. 827) afirmam: “[...] as instituições, as normas e as políticas de uma sociedade estão atravessadas por questões de gênero, e este, ao mesmo tempo, opera estruturando o meio social”. Pode-se inferir que a nomeação das escolas públicas evidencia uma realidade social em que os homens ocupavam um lugar de notoriedade, enquanto para as mulheres isso não era permitido, e se era, dava-se de forma comandada e regulamentada pelas regras sociais e pelos homens que estavam no poder.

Tal cenário diz respeito aos períodos de fundação das escolas, mas também são contemporâneos, perdurando-se, inclusive, pelo objeto de pesquisa apresentado neste texto — os nomes das escolas — os quais podem referir “[...] a dominação de classe e a hierarquia de sexo, raça e etnia que ainda persistem em nossa sociedade (Linhares, 1986, p. 134)”.

2.2 Processo legislativo

Por conseguinte, é discutido como os nomes das escolas evidenciam concepções sociais, históricas, políticas e mesmo educacionais de uma época, o que significa dizer que esses nomes se referem à uma memória. Bergson (1999 *apud* Barboza *et al.*, 2022, p. 813) pondera que: “[...] a memória permite uma relação do presente com o passado interferindo nas percepções atuais [...]”. Dessa forma, ao ter contato com os nomes das escolas que apresentam os patronos e as

patronesses, a sociedade é exposta a homenagem realizada a esses homens e a essas mulheres que foram considerados notáveis por seus posicionamentos e/ou feitos em determinada época. Ou seja, esses nomes contam uma história, revelam uma memória que não está fora do contexto de sua escolha.

Desse modo, faz-se necessário discutir o processo burocrático da escolha das figuras a serem homenageadas, o que significa identificar se existem leis municipais que normatizem as escolhas e se a sociedade, e especificamente a comunidade escolar, possuem direito para opinar. Para tanto, recorreu-se à Câmara Municipal de Salvador a fim de observar se existe legislação a esse respeito. A devolutiva obtida da Diretoria Legislativa foi que, de acordo com a pesquisa realizada pela Coordenação de Documentação e Arquivo, não existe uma lei específica que regulamente a denominação de escolas municipais em Salvador. Há apenas algumas leis particulares que denominam determinadas escolas. Além disso, existe uma lei (Lei nº 8.636/2014) que veda a denominação de vias, logradouros e prédios públicos com o nome, sobrenome ou cognome de indivíduos que tenham cometido crime de lesa-humanidade, graves violações de direitos humanos ou apropriação ilícita do dinheiro público.

Portanto, observa-se que a lacuna na legislação no que diz respeito a nomeação de escolas públicas resulta em dificuldade de compreender, efetivamente, como o processo é encaminhado, ao mesmo tempo que embaraça a participação popular, visto que não existe esclarecimento da parte do poder público em como tal participação seria possibilitada.

2.3 Mulheres-professoras

Direcionando-se ao foco da pesquisa, discute-se a presença de nomes de professoras nas nomeações de escolas, nesse sentido inicia-se a análise a partir dos dados já apresentados nos gráficos 1 e 2. Por meio do Gráfico 2 – Categorização das escolas por tipos de homenagens, objetiva-se analisar a percentagem de 20,5%, que corresponde a 87 escolas. É importante destacar que essas 87 escolas não somam 87 mulheres, pois algumas delas são patronesses de mais de um sistema de ensino. Por exemplo, Centro Municipal de Educação Infantil Iacy Vaz Fagundes e Escola Municipal Iacy Vaz Fagundes. Dessa maneira, contabilizam-se apenas 83 figuras femininas que nomeiam escolas municipais de Salvador.

Assim, a fim de analisar a trajetória dessas mulheres, foi feita uma contabilização concernente à ocupação das mesmas, todavia deparou-se com um cenário escasso de informações: algumas patronesses são muito mencionadas de modo que sua história e suas colaborações são encontradas facilmente, porém em

outros casos encontra-se pouquíssima ou mesmo nenhuma informação sobre a patronesse. Assim, a partir dos dados disponíveis, foi construído um quadro com o objetivo de ressaltar características relevantes para a pesquisa, como: mulheres professoras, mulheres que eram cônjuges ou possuíam algum grau de parentesco com políticos e também mulheres sobre as quais não foram encontradas informações. Os dados estão sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Caracterização das Patronesses

Categorias	Quantidade de Patronesses
Mulheres professoras	23 mulheres
Mulheres cônjuges ou parentesco com políticos	13 mulheres
Mulheres com informações não localizadas	32 mulheres

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim sendo, do total de 83 mulheres (100%), contabilizou-se 23 que foram professoras (27,7%), 13 que eram cônjuges ou parentes de políticos (15,7%) e 32 sobre as quais não foram encontradas informações (38,5%). Importante elucidar que uma mulher pode ter sido contabilizada em mais de uma categoria, como é o caso da professora Alita Ribeiro de Araújo Soares, que foi professora e também parente de político. Da mesma forma, a professora Alexandrina Santos Pisa, sobre a qual presume-se ter sido professora por conta do nome da escola — Escola Municipal Prof^a Alexandrina Santos Pisa — contudo não foram encontradas, até o momento, informações sobre a citada professora. De modo que se não fosse a nomeação escolar, sequer seria possível saber acerca de sua atuação docente.

Ao focalizar a investigação nas patronesses, em articulação com a perspectiva analítica da interseccionalidade, é imperioso refletir sobre o que ressalta Falci (2001, p. 241 *apud* Freire, 2013, p. 69) ao afirmar que “não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira das classes [...]”. É evidente que o gênero une essas mulheres, todavia não é possível desconsiderar que o gênero é apenas um grupo social e as pessoas pertencem a vários grupos sociais, simultaneamente (Bilge; Collins, 2020). Esse pertencimento afetou as experiências individuais dessas patronesses na sociedade, logo essas 83 mulheres, possivelmente, não tiveram a mesma qualidade de vida, não se dedicaram à mesma profissão, não atuaram na sociedade da mesma maneira e não foram homenageadas pelas mesmas motivações.

Nesse ponto, discute-se sobre as 23 patronesses que foram professoras. Através do Gráfico 1 – Categorização das escolas por períodos, observa-se que a década de 2000 foi o período mais expressivo em relação a fundação de escolas, contabilizando-se um total de 198 escolas fundadas, sendo que, desse conjunto, 11 têm como patronesses mulheres que atuaram como docentes. Tais constatações

possibilitam inferências acerca deste período que aparenta ter sido um momento propício, tanto para o crescimento no número das escolas municipais, bem como para a prestação de homenagens às professoras. O que não está esclarecido são as motivações que geraram tais resultados, principalmente em razão da falta de padronização no processo denominativo, de maneira que, as causas que propiciaram a escolha de uma patronesse podem não ser iguais às outras. Isto pode ser percebido, inclusive, pela nomeação das escolas, pois enquanto a umas é indicado o título “professora” — por exemplo, a Escola Municipal Professora Olga Mettig — a outras, mesmo sendo professoras, tal título não é conferido — por exemplo, o Centro Municipal de Educação Infantil Angelina Rocha de Assis.

Sendo assim, observa-se que algumas mulheres estão em posição de maior destaque, como é o caso de Anfrísia Santiago. Ela nomeia uma escola — sendo seu nome precedido pelo termo “professora” em uma escola fundada no ano de 1992, 22 anos após sua morte. Por meio dos diversos documentos encontrados referentes à citada professora, localizou-se o registro de que ela nasceu em uma família de poucos recursos e encaminhou-se a um dos poucos trabalhos remunerados permitidos às mulheres em sua época, o magistério. Assim, Anfrísia seguiu toda sua vida dedicando-se integralmente a sua carreira, sendo uma professora, pesquisadora e gestora, além de ter sido diretora de Educação no governo Otávio Mangabeira, fundadora do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, assim como foi participante da Academia Baiana de Educação. O trabalho da professora Anfrísia Santiago rendeu-lhe muitos títulos e homenagens durante a vida e estendeu-se após sua morte, inclusive pela nomeação de uma escola anteriormente referida.

Dessa maneira, problematiza-se que, enquanto algumas mulheres tiveram seus feitos reconhecidos, sendo homenageadas como patronesses em/por nomes de escolas, possibilitando que a comunidade escolar, no tempo presente, conheça suas trajetórias e a importância desse reconhecimento; a outras instituições é negada essa possibilidade, tanto pela falta de esclarecimento quanto à motivação da escolha das patronesses, quanto pelo desconhecimento da história das mesmas. Assim, interroga-se: “Como a comunidade escolar é enriquecida pela homenagem conferida a uma professora, se não é possível saber a história dela? Qual contribuição tal homenagem pode gerar? Qual a motivação em apresentar o nome de uma pessoa que, na verdade, não pode ser conhecida?”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das discussões tecidas no texto foi possível reafirmar a intencionalidade existente no ato de nomeação das escolas públicas. Por esta

razão, é afirmado que as escolas, enquanto local formal de construção de conhecimentos, é constituída não apenas pelos conteúdos curriculares, mas por tantos outros elementos que exercem influência sobre as concepções e as práticas escolares, e um desses elementos é a sua denominação. Assim, considerando as influências históricas, políticas, sociais e culturais, que são evidenciadas nos/pelos nomes das escolas, torna-se essencial compreender como ocorreu/ocorre o processo denominativo referente às escolas municipais de Salvador.

Por meio da pesquisa identificou-se que os topônimos escolares evidenciam processos históricos e culturais que relegaram às mulheres um espaço de apagamento e invisibilidade de modo que, mesmo quando elas conseguem ascender aos espaços públicos, isso acontece em número bastante reduzido em relação aos homens, bem como, dificilmente têm suas histórias propagadas a partir de suas competências profissionais. De igual maneira, foi observado que não existem especificações legais quanto ao processo denominativo das escolas, dessa forma, a sociedade permanece sem esclarecimento efetivo, o que dificulta sua participação na escolha desses nomes.

Nesse sentido, conclui-se afirmando que os nomes das escolas é um campo de disputas, por isso, é imprescindível estudá-los, buscando identificar quem foram as mulheres professoras consideradas notáveis ao ponto de serem homenageadas nesses espaços, e de igual modo, buscando compreender quais suas influências sobre as escolas, no passado e na atualidade, intencionado assim, contribuir com os estudos e pesquisas desenvolvidos na área de História e Memória da Educação.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, R. de G. *et al.* Personificação feminina das nomeações nas escolas municipais de Caruaru-PE. **Instrumento**, Juiz de Fora, v. 24, n. 3, p. 813-831, set./dez. 2022.

BASTIANI, C. Topônimos, nomes de escola e memória: O léxico como repertório do conhecimento cultural. **DLCV**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 189–207, 2016.

BILGE, S.; COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Boitempo, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES NETA, B. L. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

LINHARES, C. F. S. **A escola e seus profissionais: tradições e contradições**. Agir, 1986.

Palavras-chave: História da Educação; Memória; Mulheres; Escolas.

[1] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[2] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[3] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.